

ACM prega extensão do impeachment

25 JUN 1997 Da Sampaio/AE

*Senador volta a criticar
Poder e diz que juizes de
todas as instâncias devem
ser passíveis da punição*

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), voltou ontem a criticar o Poder Judiciário. O senador defendeu a extensão da possibilidade de impeachment, válida para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), aos juizes de instâncias inferiores. "Só isso já moralizaria bastante a Justiça."

Na segunda-feira, ACM já havia criticado o Judiciário, afirmando que ele é um entrave para o País. Ontem, o senador fez questão de participar da sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que ouviu o presidente do STF, ministro Celso de Mello. O senador chegou à sessão por volta de 11 horas, interrompeu a fala de Mello para cumprimentá-lo e permaneceu no local por uma hora.

O senador não quis detalhar em que casos poderia ser aplicado o impeachment aos juizes — tese também defendida por Mello.

"Nós vemos, dia a dia, causas em que os juizes não fazem justiça por determinados interesses", limitou-se a dizer. Ao ser indagado se a corrupção seria um motivo para o impeachment, respondeu: "Se eu disser que é isso (*corrupção*) vocês vão dar manchete amanhã."

Mello defende a tese de que a extensão do impeachment seja proposta na reforma do Judiciário,



ACM, com Celso de Mello: ataque aos "juizes que não fazem justiça"

rio, em discussão no Congresso. A reforma encontra muita resistência por parte dos próprios juizes, que não querem estar sujeitos a controle externo.

"O impeachment não afeta a independência dos magistrados", afirmou. "Não podemos agir de maneira preconceituosa, pretendendo que a magistratura seja imune à crítica social."

O presidente do STF debateu com os senadores a adoção do chamado efeito vinculante — quando uma decisão tomada por dois terços dos ministros do STF resulta em uma súmu-

la que deve ser seguida pelos demais juizes de instâncias inferiores. Mello é contrário à idéia, mas ressaltou que essa não é a posição da maioria dos ministros do Supremo. Apenas ele e o ministro Marco Aurélio Mello, entre os 11 ministros, são contrários ao efeito vinculante.

Segundo Celso de Mello, o substitutivo do deputado Jairo Carneiro (PFL-BA) sobre a reforma do Judiciário é "autoritário" ao propor a punição dos juizes que não seguirem a orientação da súmula do STF. Ele afirmou também que a emenda do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) é "inócua" porque não resolve o excesso de "litigiosidade recursal" — as inúmeras possibilidades de se recorrer das decisões judiciais.

TESE É
PREGADA PELO
PRESIDENTE
DO STF